

SEXTA É DIA NACIONAL DE LUTA EM DEFESA DA PREVIDÊNCIA PÚBLICA

Nesta sexta-feira, 22 de março, panfletagens, atos e manifestações serão realizadas em todo o Brasil para marcar o Dia Nacional de Luta em Defesa da Previdência. Em Florianópolis, a concentração será às 17h, no Terminal de Integração do Centro (Ticen), para a qual o Sintrajusc convoca os servidores.

A data marca a resistência contra o fim do direito à aposentadoria, que é o que vai acontecer se a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 06/2019, da reforma da Previdência, for aprovada pelo Congresso Nacional.

O ato está sendo convocado por todas as centrais sindicais existentes no país desde a Assembleia

Nacional da Classe Trabalhadora, que reuniu 10 mil pessoas na Praça da Sé, em São Paulo, no dia 20 de fevereiro, quando a PEC 06/2019 foi apresentada aos parlamentares.

As organizações sindicais nacionais e locais vêm defendendo a construção de uma Greve Geral para impedir a aprovação da reforma, que prejudica todos os trabalhadores da ativa e também os aposentados, atingindo ainda mais duramente as mulheres.

Frente Parlamentar

A Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Social foi relançada nesta quarta-feira, 20, na Câmara dos Deputados, em Brasília.

lia. A Frente reúne, além de deputados e senadores contrários à reforma, centrais sindicais, federações e sindicatos. A Fenajufe também participa. A Frente existe desde 2016, quando atuou na campanha contra a proposta do governo Michel Temer (MDB), que acabou não sendo apreciada pelo Plenário da Câmara.

Riscos da reforma

A reforma da Previdência, no formato apresentado, tem dois objetivos claros: 1) um fiscal, voltado para reduzir o gasto previdenciário; e 2) outro de mercado, voltado para a privatização da Previdência Social brasileira, a partir da substituição do regime de repartição.

TIREM AS MÃOS
DA NOSSA
PREVIDÊNCIA!



22/03

DIA NACIONAL DE LUTA E
MOBILIZAÇÃO EM DEFESA
DA PREVIDÊNCIA

Em FLORIANÓPOLIS
- Ato com concentração
às 17h, no TICEN

ção, de caráter solidário, pelo modelo de capitalização individual e de gestão privada.

O 1º objetivo, que justifica a agressividade sobre os segurados, aposentados e pensionistas, se traduz: 1) na **redução de benefícios**; 2) no **aumento da idade mínima**; 3) na **ampliação do tempo de contribuição**; e 4) na **adoção de alíquotas maiores, progressivas e extraordinárias**, medidas que podem caracterizar confisco. A meta fiscal é ambiciosa e visa obter ganhos de R\$ 1,1 trilhão em 10 anos, o que faz dessa reforma a mais dura de que se tem notícia no Brasil.

O 2º objetivo é a **privatização da Previdência Pública**, mediante instituição de novo regime de Previdência, organizado com base em sistema de capitalização, na modalidade de contribuição definida, de caráter obrigatório para quem aderir, com a previsão de conta vinculada para cada trabalhador e de constituição de reserva individual para o

pagamento do benefício, com “livre escolha” pelo trabalhador da entidade e da modalidade de gestão das reservas, assegurada a portabilidade.

O DIAP explica que, em um sistema desses, que é inspirado no modelo chileno de previdência, as chances de a Previdência Social pública e de caráter solidário, e até mesmo os fundos de pensão existentes, sobreviverem é muito baixa, porque irão disputar diretamente com o sistema financeiro internacional, leia-se bancos e seguradoras privadas, que terão muito melhores condições de concorrência e poderão usar seu poder de mercado para implodir as previdências dos regimes Próprios, Geral e complementar das entidades de previdência fechada.

Como se sabe, a gula do sistema financeiro, em matéria previdenciária, é insaciável, e por isso é fundamental a participação dos servidores nas atividades de luta em defesa da Previdência pública.

Assembleia elege delegados para o Congrejufe

Em Assembleia realizada dia 15, foram eleitos os delegados que irão representar os servidores de Santa Catarina no 10º Congresso da Fenajufe (Congrejufe), que será realizado de 27 de abril a 1º de maio em Águas de Lindóia (São Paulo). A lista de nomes é a seguinte: Carlito Andrade (JT), Alexandre Lapagesse (JF), Vilson Medeiros (JF), Paulo Roberto Koinski (JF), Denise Zavarize (JT), Maria Lúcia Haygert (JT), Caio Teixeira (JT), Clóvis Miguel Massignani (JT), Neila Avila de Souza (JT), Denise Pauletto (JE) e Cristiane de Resende Moreira Santos (JE), sendo suplentes Maria José Olegário (JT), Marlucio Bittencourt (JT) e José Isaltino da Rosa (JF).

O Congrejufe é o congresso nacional da categoria e, como instância máxima da Fenajufe, dele sairão diretrizes para atuação das entidades na defesa dos direitos dos servidores. A expectativa é quanto à definição da pauta de reivindicações e do plano de lutas da categoria frente ao novo cenário político.

Funpresp-Jud: prazo de migração termina dia 29

No dia 29 de março encerra-se a reabertura de prazo para os servidores públicos federais do Judiciário, do Legislativo e do Executivo informarem se desejam fazer a migração do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) para o Regime de Previdência Complementar (RPC), podendo, ainda, aderir ou não ao plano de benefícios da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (no caso, o do Poder Judiciário, Funpresp-Jud).

O Sintrajusc disponibiliza na conta do YouTube a versão resumida das palestras sobre a migração e o Funpresp-Jud realizadas no 13 de julho de 2018 no auditório da JFSC com dois palestrantes. O endereço é [youtube.com/sintrajusc](https://www.youtube.com/sintrajusc)

Observamos que cada caso é um caso. Não migre de regime sem saber seu valor do benefício especial. E assista toda a palestra. Migrar ou não migrar é uma opção pessoal e muito séria pois envolve questões a longo prazo, depende da situação individual de cada um e de diversos fatores econômicos e legais futuros.